



XIII Seminário Nacional Sociologia & Política
Horizontes e desafios para refletir sobre o
contemporâneo

GT 07 – Pensamento Social

Capitalismo dependente e Autocracia Burguesa: Florestan Fernandes e a (im)possível
democratização da educação no Brasil.

Allena Yandra Dias Cabral¹

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail:
yandracabral2001@gmail.com

Capitalismo dependente e Autocracia Burguesa: Florestan Fernandes e a (im)possível democratização da educação no Brasil

Resumo

Este trabalho possui como objetivo investigar o pensamento político-educacional do sociólogo Florestan Fernandes. Indaga-se como o autor concebe as possibilidades e as impossibilidades de democratização da educação no Brasil. De caráter predominantemente teórico, esta pesquisa recorre ao materialismo histórico como referência de método considerando o teor dialético nitidamente expresso na obra marxiana. Em diálogo com tal perspectiva, são consideradas, ainda, as contribuições metodológicas do contextualismo linguístico da Escola de Cambridge, que tem como referências os historiadores Quentin Skinner e John Pocock. Tal abordagem se destaca contemporaneamente nos estudos sobre a história das ideias políticas ressaltando a vinculação entre a produção de ideias e o terreno histórico-político em que estas se inserem. Com relação aos procedimentos operativos, esta proposta se sustenta majoritariamente em pesquisa bibliográfica, enquanto estudo teórico constituído pelo exame de fontes bibliográficas e conduzido a partir de um conjunto organizado de procedimentos vinculados ao objeto e aos objetivos propostos.

Palavras-chave: Autocracia burguesa; Democracia; Educação; Florestan Fernandes.

Introdução

Florestan Fernandes (1920-1995) é considerado um dos pilares da sociologia brasileira. Sua trajetória acadêmica, política e de militância ressoam ainda hoje. Entre suas formulações, afirmava que a educação era o mais grave dilema social brasileiro. O sociólogo compreendia o ensino como mecanismo potencial de resistência pela classe trabalhadora frente às opressões externas. (FERNANDES, 1989).

Saviani (1996) demonstra que as preocupações educacionais acompanharam toda a trajetória do sociólogo brasileiro, e aborda quatro aspectos da carreira de Fernandes em que se faz nítida a indissociabilidade entre o educador, o pesquisador, o militante e o publicista. Enquanto professor-educador, por exemplo, Fernandes estabeleceu um significativo espaço educativo na cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Enquanto militante, ressalta-se a atuação de Fernandes na “Campanha de Defesa da Escola Pública”, no início da década de 1960, sendo uma das lideranças mais expressivas do movimento, manifestando-se diversas vezes sobre o sistema educacional brasileiro.

Nesse sentido, a preocupação com a melhoria educacional não ficou apenas no campo teórico e na atuação enquanto professor, ou nos seus diagnósticos proferidos enquanto cientista social. Fernandes compreendia que os entraves educacionais deveriam ser enfrentados juntamente com mobilização política. Por isso, na década de 1980, Fernandes filia-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), sendo eleito em 1986 para o Congresso Constituinte, participando e colaborando intensamente para a elaboração do capítulo da educação na Constituição de 1988 e no processo de construção da Lei de Diretrizes e Bases da educação.

Ao pensar a questão educacional em Florestan Fernandes, deve-se dedicar atenção aos processos que, na visão do autor, impactaram essa dimensão no Brasil. Uma das principais obras do universo teórico de Florestan é o livro *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica (RBB) (1975)*, no qual o autor realiza uma análise sobre a formação histórica do capitalismo brasileiro, as relações entre as classes dominantes autóctones e o centro hegemônico do capital, bem como as possibilidades e impossibilidades de um tipo de desenvolvimento nacional com conteúdo popular e dotado de autonomia.

A revolução burguesa (entendida como a consolidação da ordem capitalista em uma determinada formação social), na forma como se processou nesta periferia, teria inserido o país em uma dinâmica econômica que não apresentava a mesma configuração do que fora implantado nos países capitalistas centrais, ou seja, o capitalismo por aqui se estruturou e se manteve subordinado à dominação imperialista, fator que comparativamente tendeu a agravar os níveis de desigualdade interna. Esse processo teria ocasionado consequências significativas a setores cruciais do país, incluindo o educacional, “[...] graças aos efeitos convergentes e multiplicativos da drenagem do excedente econômico nacional, da incorporação do espaço econômico, cultural e político das nações capitalistas hegemônicas e da dominação imperialista.” (FERNANDES, 2006, p. 344).

Fernandes teoriza que houve no Brasil o comprometimento histórico das classes dominantes locais com os centros do capitalismo, o que impossibilitou realizações mais agudamente democráticas, ainda que nos marcos da ordem capitalista. Para que essa forma particular de manifestação capitalista conseguisse lograr êxito foi exigida uma configuração política estruturalmente autocrática, o que significa que elementos autoritários, já presentes em qualquer ordem social capitalista, tornaram-se ainda mais presentes no contexto de países periféricos como o Brasil. A autocracia burguesa surge, assim, como a forma política na qual as frações burguesas se constituíram, se organizaram e se desenvolveram, implicando a formação social e política brasileira, bem como o curso da vida nacional no tempo. Tal

estrutura autocrática pode ser compreendida como a dominação burguesa organizada que monopolizou o poder social, econômico e político no país.

É no âmago de tais processos que Fernandes pensa as possibilidades de democratização do ensino no Brasil. A democratização estaria em universalizar as oportunidades educacionais de forma que todos os cidadãos conseguissem o acesso a uma educação pública, democrática e de qualidade. Tal democratização deveria se materializar em todos os níveis, sendo garantido o acesso, permanência e gestão.

Portanto, é vislumbrando investigar o pensamento político-educacional de Fernandes, observando como o autor analisa o problema das possibilidades de democratização da educação no Brasil, que esse trabalho se coloca. Partimos das seguintes questões: 1) qual a leitura fernandiana a respeito da particularidade da formação social e política brasileira? 2) Quais os efeitos sociais e educacionais da natureza dependente e autocrática do capitalismo nacional? 3) Qual o papel atribuído pelo autor aos agentes envolvidos no processo de democratização da educação no Brasil?

O referencial teórico-metodológico que embasou a busca dos objetivos dessa pesquisa recorreu inicialmente ao materialismo histórico como via de análise social. A dialética materialista permitiria a compreensão de eventos históricos, políticos e sociais considerando sua essência, como assinala Gyorgy Lukács:

Ele (o materialismo histórico) nos permite ao mesmo tempo, considerar o presente sob o ponto de vista da história, ou seja, cientificamente, e visualizar nela não apenas os fenômenos de superfície, mas também aquelas forças matrizes mais profundas da história, que na realidade, movem os acontecimentos. (LUKÁCS, 2003, p. 415).

É relevante citar também que este trabalho recorreu às contribuições metodológicas do contextualismo linguístico da Escola de Cambridge. O contextualismo linguístico dá ênfase à vinculação entre a produção das ideias e o terreno histórico-político, ou seja, é uma correlação entre texto e contexto. “Como consequência, um dos elementos centrais de uma abordagem histórica do pensamento político será enfatizar a importância de resgatar as intenções que um autor teria ao elaborar seu texto.” (AMADEO, 2010, p. 28).

Como procedimentos operativos, o trabalho está baseado fundamentalmente em pesquisa bibliográfica. A leitura é a principal técnica da pesquisa bibliográfica porque é através dela que as informações são levantadas, bem como todo trabalho de identificação das

fontes e análise de sua consistência, via livros, artigos, matérias de jornais etc. Como materiais de análise, a pesquisa se sustentou principalmente na exploração das seguintes obras: *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (1975) e *O desafio educacional* (1989), ambas de Florestan Fernandes, além de bibliografia complementar do autor original e de comentadores que contribuiu para a edificação do conjunto de tarefas realizadas ao longo dos capítulos.

O trabalho está dividido em três seções. A primeira aborda o caminho histórico trilhado pela análise de Florestan Fernandes na busca pela gênese da autocracia burguesa no Brasil, considerando os fenômenos da revolução burguesa e a particularidade nacional periférica frente às economias centrais. Essa tarefa compreende desde o processo de independência de 1822 até a formação de uma ordem social competitiva e a concretização da estrutura autocrática brasileira a partir do golpe militar de 1964. A segunda seção apresenta os impactos do caráter autocrático-burguês do Estado no Brasil para o âmbito social e educacional nacional, como os obstáculos históricos postos tanto para a existência de um regime político com razoável conteúdo popular e democrático quanto para um ensino público universal e de qualidade. A terceira e última seção analisa o papel da educação no pensamento de Florestan Fernandes, bem como explica como o autor examina as possibilidades e impossibilidades da democratização da educação no Brasil.

A gênese sócio-histórica da Autocracia Burguesa no Brasil

No percurso histórico traçado por Florestan Fernandes, o processo de independência do Brasil, juntamente com o rompimento do estatuto colonial, figuram como processos que demarcaram uma primeira grande revolução social no país. Fernandes pondera o surgimento de um Estado e de uma sociedade nacional como consequências principais da independência de 1822. Tal processo é caracterizada pelo autor como a primeira grande revolução social do Brasil sob dois aspectos correspondentes: 1) o processo de independência como marco histórico definitivo do fim da “era colonial”; 2) como ponto de referência para a “época da sociedade nacional” que com ela se inaugura. Nas palavras do autor,

[...] a simples extinção do estatuto colonial já tivera um significado socialmente revolucionário. A independência acrescenta-lhe o início de um novo tipo de autonomia política: com ela, instaura-se a formação da sociedade nacional. É nesta conexão que está o aspecto verdadeiramente revolucionário. (FERNANDES, 2006, p. 49).

Com o processo de independência, o poder deixou de se manifestar como imposição externa para organizar-se internamente, apesar das imposições e das contingências que iriam cercar a longa fase do predomínio inglês na vida econômica, política e diplomática da nação. Antes da extinção do estatuto colonial, a atuação social das elites estava totalmente subordinada às demandas da Coroa e de seus representantes na sociedade colonial. A oposição das elites não era contra a estrutura colonial em si, mas contra as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial uma vez que este neutralizava sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social. O alcance revolucionário só se concretizou na obstinação e na eficácia com que os estratos das elites locais se empenharam na consecução definitiva de dois fins políticos independentes: a internalização definitiva dos centros de poder e a nativização dos círculos sociais para o controle do poder.

Nesse sentido, sendo a revolução burguesa o processo pelo qual a dominação burguesa é consolidada através do desenvolvimento do capitalismo, a autocracia de classe surge, nesse ínterim, como mecanismo de consolidação e preservação do poder burguês. Uma das particularidades relacionadas à burguesia brasileira é que, ao invés de forjar instituições próprias de poder, a burguesia nacional converge para o Estado e faz a sua unificação no plano político, mantendo múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas no país. A burguesia brasileira se comprometeria historicamente com tudo que fosse lhe trazer vantagens, como a estrutura desigual e da heterogeneidade brasileira, mobilizando os “benefícios” que eram provenientes do “atraso” e do “adiantamento” das populações. Além disso, essa burguesia se autodefiniria, diante de seus papéis ocupados, como uma burguesia revolucionária, democrática e nacionalista, comparando-se ao mesmo modelo francês da revolução burguesa, uma vez que durante a primeira república houve a existência de “duas nações” (uma, que se incorporava à ordem civil, uma minoria dominante, e outra que excluía de modo parcial ou total o restante da população). No entanto, a burguesia só demonstrou sua verdadeira face reagindo de maneira reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico. (FERNANDES, 2006).

No plano histórico, Fernandes localiza entre a transição do Estado Novo (1937-1945) e o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) as oligarquias reaparecem no cenário político justamente para definir na prática o que deveria ser a dominação burguesa, como ela seria executada, selecionando a luta de classes e a repressão do proletariado como o eixo principal da revolução burguesa no Brasil. Fazendo jus a esse tipo de dominação, a democracia burguesa se estabelece como uma democracia restrita. A atuação histórica das frações burguesas estaria profundamente marcada por tendências autocráticas e reacionárias. Cumpre ressaltar que,

como houve uma redução do campo dessa atuação da burguesia devido à associação do capitalismo nacional à dominação externa, a dominação burguesa ascende como uma conexão histórica, não da “revolução nacional e democrática”, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe. Sob o capitalismo dependente, a revolução burguesa é essencial, pois é somente através dessa conexão que a dominação burguesa e o desenvolvimento capitalista foram consolidados.

A autocracia burguesa brasileira, portanto, baseou-se na conciliação entre as novas e as antigas oligarquias dominantes, e destas com o imperialismo, constituindo-se como um movimento auto-defensivo que se manifestou tanto nos momentos de ditadura aberta (como no período do Estado Novo 1937-1945) quanto nos períodos de ditadura dissimulada ou democracia formal (como durante a República Populista 1945-1964). Sendo assim, foi durante o golpe militar de 1964, quando houve o bloqueio das possibilidades das revoluções democrática e nacional, que Fernandes localiza a conclusão da Revolução Burguesa pela via autocrática e colonial, consolidando um capitalismo monopolista e dependente. Em outras palavras, é nas potencialidades de concretização do processo revolucionário que as raízes da autocracia burguesa são encontradas.

A Autocracia Burguesa e seus efeitos na vida brasileira

A particularidade da revolução burguesa brasileira não é (somente) seu caráter retardatário, mas sim a sua forma de articulação entre o desenvolvimento desigual interno e o imperialismo, situação denominada por Fernandes como “capitalismo dependente”. O capitalismo dependente pode ser entendido como:

[...] uma forma de organização socioeconômica com uma dimensão heterônoma em relação às sociedades capitalistas centrais, mas sob a direção de forças sociais autóctones [...] trata-se de uma forma de acumulação onde se associam as burguesias locais e as dos países hegemônicos, repartindo desigualmente entre si o excedente econômico da expropriação e exploração do trabalho. (TÓTORA, 1999, p. 111-112).

Trata-se, assim, de capitalismo numa das suas formas específicas (capitalismo dependente), em uma das suas fases de desenvolvimento (monopolista – associação entre capital financeiro externo e interno). Tal desenvolvimento capitalista estruturou-se doravante uma dupla articulação; internamente com os setores mais arcaicos do mundo agrário,

permitindo a articulação entre as oligarquias tradicionais e as frações da burguesia industrial e comercial, que externamente estavam conectadas às burguesias centrais, em que uma não se fortalecia sem a outra (TÓTORA, 1999).

Esse processo significa nada mais do que o entrosamento econômico de maneira desuniforme entre os centros hegemônicos do capital em detrimento dos países periféricos. (CARMO, 2009). Como resultados objetivos dessa dupla articulação, se tem a ausência de uma reforma agrária, a redução dos salários das classes trabalhadoras, a exclusão dos direitos da população camponesa e dos trabalhadores agrícolas, uma vez que “A dominação externa é abastecida pela dominação interna, a qual se exerce não sobre um setor ou uma fração da burguesia, mas sobre o trabalho e a massa da população”. (CARDOSO, 1997, p. 3). Todas essas ações eram realizadas no intuito de potencializar a expropriação do trabalho que era repartido entre as burguesias autóctones e externas, além de que o aprofundamento da dupla articulação tornava o arrocho salarial e a satelitização da economia, necessidades intrínsecas para sua reprodução, resultando em um desenvolvimento desigual, catalisador de privilégios e vantagens para as classes médias e altas, conduzindo a uma sociedade com profundas desigualdades sociais. (TÓTORA, 1999; MACIEL, 2010).

A burguesia nacional não rompeu com os laços da dominação econômica pelos países centrais. Dessa forma, Fernandes afirma que desde que seja mantida essa estrutura de dominação (imperialista, colonial ou neocolonial) a tendência é o capitalismo dependente expandir-se cada vez mais nas nações periféricas. O capitalismo nos países latino-americanos “reproduziu formas de apropriação e expropriação inerentes ao capitalismo aos núcleos hegemônicos [...], as riquezas produzidas eram compartilhadas tanto entre as burguesias locais como com o capitalismo mundial.”(ALVES, 2010, p. 11).

A difusão do capitalismo na periferia produziu um tipo de organização social agudamente desigual, criando uma burguesia local sem autonomia. Entretanto, o processo de autonomização não consta nos projetos dessa burguesia; esta se contentaria apenas com a acumulação e com a partilha do excedente econômico com as burguesias econômicas centrais, sendo possível observar esse espírito de comodidade e esse ciclo de dependência em todos os períodos históricos brasileiros, mesmo após a independência do Brasil. Dito isto, “Não há nenhuma possibilidade de mudança a curto ou médio prazo, em se tratando de sociedades dependentes. Tampouco, vislumbra-se uma ideia de universalidade de direitos humanos. A transformação capitalista, quando há, visa beneficiar apenas uma pequena minoria privilegiada.” (ALVES, 2010, p. 10).

Em um regime político em que impera a autocracia burguesa, os interesses das classes

trabalhadoras são esquecidos diante do poder vigente. O que se estabelece é um padrão hegemônico burguês regressivo, em que o consenso é consequência não da concessão de direitos concretos, mas da passividade, da desmobilização e da desesperança por parte das classes subalternas. (MACIEL, 2010). Explicados os processos que emergiram da particularidade da revolução burguesa no Brasil, pode-se afirmar que o capitalismo dependente e autocrático fez com que grande parte da riqueza nacional alimentasse os interesses estrangeiros e, por consequência, deixasse de ser aplicado em nosso país, sendo esse processo impulsionado pelas próprias burguesias nacionais, que na partilha do capital com os centros capitalistas ficam apenas com a sua parcela, e os restos desse excedente são direcionados a reger a vida nacional. Vida essa que, historicamente, mostrou-se com um baixíssimo nível de bem-estar e realização para as classes trabalhadoras, especialmente negra e feminina.

Frente a isso, o ponto chave dessa dinâmica diz respeito às consequentes restrições estruturais à garantia ou efetividade de direitos que mirem o conjunto da população. Em outras palavras, a materialização de uma democracia com razoável conteúdo político, econômico e social confrontaria arranjos que se sustentam exatamente na canalização da riqueza interna para o meio externo. Fluxo viabilizado, por sua vez, pela exclusão das massas populares da condição de universo receptor desses recursos. Como sintetiza Miriam Limoeiro Cardoso, “[...] no capitalismo dependente a autocracia é decorrência da própria estrutura compósita da sua burguesia.” (CARDOSO, 1997, p. 7). De acordo com Frigotto (2017, p. 20),

A desigualdade econômica, social, educacional e cultural que se explicita em pleno século XXI resulta de um processo de ditaduras e golpes da classe dominante com objetivo de manter seus privilégios. Ao longo do século XX convivemos, por mais de um terço do mesmo, com ditaduras e submetidos a seguidos golpes institucionais como mecanismos de impedir avanços das lutas populares e da classe trabalhadora na busca dos direitos elementares do acesso à terra, comida, habitação, saúde, educação e cultura.

Depreende-se da análise de Fernandes que por conta de todas as imposições do capitalismo dependente e autocrático, recursos que poderiam ser aplicados nas áreas sociais do país são redirecionados a alimentar interesses estrangeiros, e boa parte dos recursos internos, obviamente, é apropriada pelas classes dirigentes locais. Leher (2012, p. 1161, grifo do autor) apresenta um panorama geral dessa dinâmica, sustentando que:

O corolário dessa forma de interpretação da realidade brasileira é que as frações burguesas locais dominantes, por terem se associado às frações burguesas hegemônicas, no contexto do capitalismo monopolista, não podem empolgar projetos capazes de configurar uma revolução burguesa clássica, anti-imperialista, para assegurar um projeto de nação autopropelido. Ao se adequarem às relações de classes características do capitalismo dependente, os setores dominantes, conforme Fernandes (2008), naturalizaram o modus operandi da repressão, da cooptação e do constrangimento sobre os trabalhadores para que estes se conformem com elevados níveis de exploração do trabalho e com direitos sociais minimalistas.

(Im)possibilidades da democratização do ensino no Brasil: Florestan Fernandes e a questão educacional

No íterim das transformações históricas e da exploração do trabalho é que Fernandes compreende o ensino como ferramenta indispensável para a transformação social e política em uma conjuntura conflituosa, em que a educação sofria diversas alterações. A organização contrarrevolucionária dos governos ditatoriais estava no âmago das instituições educacionais. O sociólogo explica que no momento em que os estudantes e professores estavam ao ponto de conquistar novas funções democráticas, o autoritarismo militar “[...] introduziu tempos históricos regressivos nas normas, valores e princípios de organização das instituições educacionais.” (FERNANDES, 1982, p. 35).

Dava-se início, então, a uma série de processos de revitalização do conservantismo, mandonismo e tradicionalismo no seio do sistema oficial de ensino. Consequentemente, na educação no Brasil foram introduzidas uma série de medidas, como a transferência de poder a professores simpatizantes do governo tirânico, além da aguda elitização organizacional e administrativa das instituições educacionais, a adoção de medidas punitivas, controladoras, intimidadoras para com os educadores e alunos ditos “rebeldes”. Por fim, houve o sucateamento do ensino público em detrimento da expansão do ensino privado através do repasse das verbas públicas às instituições privadas. (FERNANDES, 1982).

Para o sociólogo, os acordos do MEC-USAID², os Atos Institucionais do Governo ditatorial e a relação de interdependência entre os sistemas nacionais de educação, aprofundaram o quadro de uma nação sem autonomia e sem soberania educacional. O que havia de consolidado no âmbito da educação, como instituições de ensino e da pesquisa, foram desestruturados e submetidos ao controle externo. Esse controle teria servido para a reprodução mais aguda das ideologias das classes dominantes dentro da sala de aula. Tal processo, de acordo com Fernandes, extinguiria as potencialidades culturais da nação e

² Acordo estabelecido entre Brasil e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) para reformar o ensino brasileiro de acordo com os padrões norte-americanos.

evidenciaria a perda da perspectiva do que deve ser a educação mesmo em um país capitalista. (FERNANDES, 1982).

Tendo em vista o atraso educacional e os limites que inviabilizaram a democratização da educação, em 1989 é lançada a primeira edição do livro *O dilema educacional*, que se constitui como um conjunto de artigos e propostas de emendas Constitucionais escritas por Fernandes durante o período da redemocratização do país pós regime militar (1964-1985). Os artigos são direcionados, principalmente, à elaboração da Lei de Diretrizes e Bases Educacionais do Brasil, em que Fernandes se posiciona em inúmeras falas contra o projeto de Carlos Lacerda. Embora os temas dos artigos sejam variados, tratando desde a verba para a escola pública até a crise da universidade e a nova Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, todos se colocam dentro do campo educacional.

A democratização, portanto, estava em universalizar as oportunidades educacionais de forma que todos os cidadãos conseguissem o acesso a uma educação pública, democrática e de qualidade. Como já visto, nos termos de Fernandes, “Aqui nós temos como totalidade histórica, o que significa a democratização do ensino: abrir-se para as grandes massas dos pobres e excluídos; modificar as formas e os conteúdos do horizonte intelectual das elites e dos membros das classes dominantes.” (FERNANDES, 1988, p. 208-209). A democratização do ensino em todos os níveis deveria ser garantida quanto ao acesso, permanência e gestão. Mas não apenas isso. Quando Fernandes falava em democratização chamava a atenção para pensarmos que tipo de educação as classes trabalhadoras urbanas e rurais deveriam receber para se constituírem como sujeito popular. Fernandes observava a educação como dimensão e instrumento no processo mais amplo de autoemancipação dos trabalhadores rumo à construção de uma nova sociedade.

Como aspectos essenciais à democratização do ensino, a escola e o papel do professor também são considerados por Fernandes. A compreensão de que o espaço escolar sempre foi motivo de luta pelas classes subalternas, que até 70 anos atrás não ocupavam esse espaço plenamente (e ainda hoje vê-se barreiras que ainda dificultam o acesso), não é um problema pontual ou espontâneo, mas sim fruto de uma estrutura sociopolítica que reproduz a desigualdade e tende a barrar tentativa de avanços que incluam as massas populares. No que diz respeito aos docentes, o ensino tradicional reduziu o professor ao papel daquele que transmite o saber passivamente, utilizando-se de mecanismos repressivos para naturalizar a relação de submissão entre professores e alunos no intuito de alcançar um bom padrão educacional. Nessa perspectiva, Fernandes atribui ao educador a tarefa de reeducar-se e transformar-se para desmanchar as visões impostas e naturalizadas pelas classes dominantes.

Para essa postura ser concretizada, o educador não poderia desvincular-se da sua postura de cidadão, ou seja, da sua compreensão e consciência dos problemas da sociedade, no intuito de engajar-se na transformação social. “Entretanto, o principal elemento na condição humana do professor é o cidadão. Se o professor não tiver em si a figura forte do cidadão, acaba se tornando instrumental para qualquer manipulação, seja ela democrática ou totalitária.” (FERNANDES, 1986, p. 246). Nesse sentido, no pensamento sociológico de Fernandes duas esferas se articulam: a educacional e a política. Já foi explicitado aqui como Fernandes foi um comprometido militante e, por isso, não cogitou avanços educacionais sem embates políticos. Vislumbrando que o espaço educacional não comportaria apenas uma dimensão pedagógica *stricto sensu*, mecanismos de base política estariam presentes na medida em que a sala de aula é constituída como esfera importante para uma revolução social e democrática. (FERNANDES, 1987).

Sob essa perspectiva, a democratização do ensino, mesmo nos limites de uma ordem liberal- burguesa, não consegue concretizar-se devido aos entraves colocados pela formação e reprodução específica da sociedade brasileira. Essa concepção estava muito clara para Fernandes. Por isso, o sociólogo propõe, inicialmente, a intensificação da democracia já na ordem estabelecida como caminho pelo qual os obstáculos poderiam ser superados. A educação e a democratização social seriam dois processos interdependentes e concretos, ou seja, um não se transforma e nem poderia transformar-se sem o outro, estabelecendo assim uma relação recíproca no pensamento sociológico de Fernandes. (FERNANDES, 1982). No entanto, a ampliação democrática não significaria o fim do processo de rompimento com a ordem burguesa, mas comporia um conjunto complexo de transformações necessárias para a superação total dessa mesma ordem. Vejamos essa reflexão de forma mais detalhada.

No início dos anos 1980, Fernandes percebe que uma das principais bandeiras de luta no âmago da sociedade brasileira era o alcance de um regime democrático amplo, pois através da construção de uma sociedade com pilares fincados na democracia de massas o monopólio do poder estatal por parte das frações burguesas chegaria ao fim. (RODRIGUES; BRAGA, 2017). Para o sociólogo, as classes trabalhadoras precisariam dessa consolidação para alcançarem os direitos que lhes são negados na prática, com vistas a inclusive superar a lógica dos direitos nos marcos do capitalismo. A necessidade histórica de pôr as classes trabalhadoras como protagonistas da cena política é conhecida como revolução democrática. Esta colocaria “No centro do processo os estratos da população que sempre foram excluídos, como os trabalhadores do campo e da cidade, e todos aqueles que não têm peso e voz na sociedade civil.” (FERNANDES, 1989, p. 189).

A revolução educacional, ou seja, a revitalização e reestruturação do ensino, seria parte essencial da revolução democrática.

Surge como o único meio possível para revolucionar a sociedade civil, adaptando-a às relações de produção imperantes e ao grau de desenvolvimento capitalista que apresenta. É, ao mesmo tempo, o único meio possível para acabar com o monopólio do poder político estatal por parte das classes dominantes, de suas elites e de seus aliados naturais ou circunstanciais. (FERNANDES, 2007, p. 183).

Fernandes não desvincula a democracia de seu conteúdo de classe. Por isso, no texto *Democracia e socialismo* (1989) o autor expressa sua preocupação em como os ideais socialistas e marxistas foram adulterados devido às consequências inesperadas da Revolução Russa (1917), e como isso serviu para que o ideal da “democracia acima de tudo”, entoado pelo intelectualismo burguês, tivesse uma aparência de verdade. Ser adepto à democracia, nesses padrões, equivalia a romper com o socialismo e atribuir ao regime capitalista o dever de garantir a liberdade, igualdade e solidariedade enquanto promovia a proteção à propriedade privada, a expropriação do trabalhador e dos meios de produção. A reflexão de Fernandes gira em torno de que para muitos “social- democratas” e “comunistas” o objetivo geral está em instaurar condições econômicas, sociais e políticas para a edificação da democracia, ou seja, a democracia como alvo final e o esquecimento da transição socialista nesse processo. Diferentemente do centro burguês que age de forma demagoga e usa das formas sociais e da questão social para promover seus discursos, Fernandes adverte aos partidos de esquerda a terem cuidado com os ideais burgueses, admitindo que

Precisamos separar-nos deles, com coragem, assumindo plenamente nossa posição socialista proletária e a promoção de uma democracia com um polo social de classe e popular, ao mesmo tempo voltada para as tarefas revolucionárias imediatas e de maior duração. É urgente que se faça isso com método, organização e firmeza, para que a democracia a ser criada não devore o socialismo, convertendo-se em um sucedâneo bem-comportado do aburguesamento da social-democracia e da social-democratização do comunismo. Carecemos com premência da democracia. Mas de uma democracia que não seja o túmulo do socialismo proletário e dos sonhos de igualdade com liberdade e felicidade dos trabalhadores e oprimidos. (FERNANDES, 1989, p. 13).

Há uma síntese de todo esse processo elaborada pelo autor no livro *O que é Revolução*, que foi originalmente publicado com Caio Prado Jr., em 1981, quando o autor coloca que, tal qual para Marx e Engels, para que o proletariado consiga realizar as funções que a burguesia ocupou na desintegração da sociedade feudal para a edificação da sociedade capitalista, o proletariado precisa “[...] conquistar o poder. E mais tarde, a partir daí, é que poderá construir sua versão da democracia e, em seguida, dedicar-se à constituição de uma sociedade igualitária e socialista” (FERNANDES, 1981, p. 18). Ao concluir a tarefa de destruição da propriedade privada e quaisquer mecanismos que garantissem sua segurança e continuidade, o proletariado inauguraria uma nova época de transformações históricas. Nesse sentido, a realização do socialismo exigiria a democracia, porque não pode ser algo imposto por meio de regras exteriores. Como ressalta Isabel Loureiro em sua análise sobre o pensamento político de Rosa Luxemburgo, uma das fontes de Fernandes, o socialismo exige a vida política das massas, a participação plural, a valorização popular nos trâmites do processo revolucionário. (LOUREIRO, 2009).

A função do ensino e a democratização da educação só poderiam ser realizadas através da superação da lógica burguesa, mais ainda, da superação do Estado autocrático e dependente. É preciso frisar que, embora essa seja uma via de concretização para as demandas proletárias e democratização do ensino, tal processualidade histórica não ocorreria de maneira esquemática ou mecanizada, e sim dialética. É importante não pensar essa construção de forma necessariamente pré-determinada e etapista, dada as contradições da própria realidade social.

Compreendida a dinâmica política, econômica e social na qual o Brasil se situa, chegamos à constatação de que a efetiva democratização do ensino e da educação não seria viável dentro da lógica burguesa, especialmente dentro da lógica dependente e autocrática do capitalismo nacional. Tal qual expôs Fernandes em 1988, em um discurso na câmara dos deputados, para que se estabelecesse um sistema de ensino comum, ou seja, um sistema em que pobres, ricos e oprimidos sejam postos na mesma situação, é preciso fazer uma revolução no topo por intermédio da educação, para acabar com o privilégio de classe, e, conjuntamente, fazer uma revolução na base, de modo que o resultado seja o acesso pleno à educação pelos subalternos. Seria preciso articular essas duas transformações.

Dessa forma, a democratização do ensino e da educação, no pensamento de Florestan Fernandes, só se concretizaria com a superação do regime autocrático-burguês via revolução socialista, fruto e causa de uma consciência crítica para a emancipação das classes

subalternas.

O que a Constituição negou, o povo realizará. Mas ele não poderá fazê-lo sem uma consciência crítica e negadora do passado, combinada a uma consciência crítica e afirmadora do futuro. E essa consciência, nascida do trabalho produtivo e da luta política dos trabalhadores e dos excluídos, não depende da educação que obedeça apenas à fórmula abstrata da “educação para um mundo em uma mudança”, mas sim da educação como meio de autoemancipação coletiva dos oprimidos e de conquista do poder pelos trabalhadores. (FERNANDES, 1989, p. 29).

Por fim, em Florestan, a educação seria meio indispensável para a construção de uma sociedade justa e igualitária, mas não seria o cerne e motor essencial da transformação social. Como teórico vinculado à perspectiva marxista, somente a ação política que modifica a estrutura econômico-social permitiria a superação da autocracia e de todos os mecanismos da dominação burguesa. No pensamento de Florestan Fernandes, é necessariamente no âmbito dessa superação que a democratização educacional poderia se realizar.

Conclusão

Esta investigação concentrou forças em compreender o caminho teórico traçado por Florestan Fernandes na busca de formulações como “revolução burguesa”, “capitalismo dependente”, “autocracia burguesa” e “democratização educacional”. Buscou-se elucidar o significado da revolução burguesa no Brasil, bem como suas repercussões no cenário social e educacional nacional. O trabalho perscrutou sob quais aspectos a democratização do ensino se coloca como possibilidade à realidade brasileira, tendo em vista os entraves estruturais vislumbrados por Florestan Fernandes, mencionando, para isso, sua trajetória política-intelectual entre os anos de 1964-1995.

Entende-se, portanto, que a gênese da autocracia burguesa está diretamente relacionada com o processo histórico-político da revolução burguesa no Brasil. Considerando o processo pelo qual o capitalismo e a dominação burguesa são implantados no país, intensificou-se o traço autocrático da ordem capitalista, única forma de manter o controle e a superexploração das classes trabalhadoras e evitar, nos termos de Florestan Fernandes, a “revolução contra a ordem”.

Ademais, o Estado tornou-se historicamente um aparato essencial e subserviente às

demandas burguesas. A exposição do pensamento do autor acerca da temática evidencia principalmente como as classes dominantes ao longo do tempo lograram êxito em sua dominação sob o Estado nacional e a institucionalidade política construída. Os objetivos históricos das frações burguesas, nesse sentido, consistem em manter a ordem, salvar e fortalecer a exploração capitalista e garantir a dominação política.

O ponto chave exposto neste trabalho é que Fernandes dedica-se ao campo educacional sem desvincular suas formulações da consideração dessa estrutura histórico-política. A democratização da educação no Brasil não seria uma possibilidade devido à estrutura autocrática da vida política nacional. Sob qual contexto então Florestan Fernandes concebe as possibilidades de efetiva democratização da esfera educacional? De acordo com Gaudêncio Frigotto (2017, p. 13), “A mudança social e da educação são para ele [Fernandes] indissociáveis e resultam da ação política da e na luta de classe.” A transformação social reside na construção de uma nova sociedade e a educação, mais precisamente a democratização do ensino, reside no alargamento das oportunidades educacionais para as massas trabalhadoras, excluídos e oprimidos.

Mas que tipo de educação era vislumbrada por Fernandes? Uma educação crítica e baseada na socialização do acúmulo científico e cultural produzido historicamente pela humanidade. Como meio de autoemancipação coletiva dos oprimidos. Não há reformismo em seu pensamento educacional; as elaborações teóricas do autor vislumbram a real tomada do poder político pelas classes trabalhadoras, a “revolução contra a ordem”. Florestan Fernandes (1982, p. 41) nos chama à luta por uma mudança social, política e econômica no Brasil, com o propósito de romper com os privilégios classistas e seculares. “Temos de avançar com ânimo firme e decididos para libertar a educação e o Brasil das fortalezas do privilégio, do atraso e da opressão.

Referências

- ALVES, Amone I.; SILVA, Halline M.; SILVA, Suely S. *Capitalismo dependente e as mazelas atribuídas à educação brasileira*. Itinerarius Reflections, vol. 8, n.1, 2010, p. 1-19.
- AMADEO, Javier. *Teoria política: um balanço provisório*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, p. 17-34, jun. 2011.
- CABRAL, Allena Yandra D. *Educação e democracia no Brasil: o sentido político do programa “Escola sem Partido*. Relatório de pesquisa referente ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Maranhão (PIBIC/UEMA). São Luís, UEMA, 2021.
- _____. *Educação e democracia no Brasil: o sentido político do programa “Escola sem Partido*. Relatório de pesquisa referente ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Maranhão (PIBIC/UEMA). São Luís, UEMA, 2020.
- CAETANO, Marcio; CASTRO, Paula Almeida de; CASTRO, Amanda Motta. Paulo Freire e *Florestan Fernandes: diálogos necessários sobre a democracia e a escola cidadã*. In: Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient., Edição especial - XIX Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, p. 40-59, junho, 2017.
- CARDOSO, Mirian L. *Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes*. In: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1997. Disponível em: www.iea.usp.br/artigos
- CARMO, Rachel A. E. *As etapas do desenvolvimento capitalista na obra de Florestan Fernandes*, 2009.
- CARVALHO, Keila. *Autocracia burguesa e a práxis revolucionária de Florestan Fernandes*. Revista Katálysis, 2021.
- CHAGAS, Rodrigo. *Florestan: a autocracia burguesa como estrutura-histórica no Brasil*. 2012.
- _____. *Florestan, a “revolução burguesa” e a transformação capitalista do Brasil*. Lutas Sociais, São Paulo, vol.17 n. 30, p.30-43, jan./jun. 2013.

- COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia: um conceito em disputa*, 2008.
- _____. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- DEL ROIO, Marcos. *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ENGELS, Friedrich. *Carta a Joseph Bloch, 21-22 de setembro de 1890*. In: _____. *Obras Escolhidas em três tomos*. Lisboa: Avante! 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22-1.htm>.
- FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5a ed. São Paulo: Globo, 2006.
- _____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 4a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. *O que é revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- _____. *Sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Nacional, 1963.
- _____. *Democracia e Socialismo*. In: *Crítica Marxista*, 1989.
- _____. *Que tipo de república?* São Paulo: Globo, 2007.
- FREITAG, Bárbara. *Florestan Fernandes: revisitado*. *Estudos Avançados*, n. 19 (55), 2005, p. 231-243.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameilham a sociedade e a educação*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- LEHER, Roberto. *Florestan Fernandes e a defesa da educação pública*. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 33, n 121, 2012, p.1157-1173.
- LIMA, Rosilene de.; SILVA, Ligiane Aparecida da. *Florestan Fernandes na Comissão de educação da Constituinte: a luta pela escola pública, laica e gratuita no Brasil*. In: IX Congresso Nacional de Educação, Paraná: PUCPR, 2009.
- LOUREIRO, Isabel. *Democracia e socialismo em Rosa Luxemburgo*. In: *Crítica Marxista*, nº

45, 2009, p. 1-13.

LUKÁCS, György. *Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967*. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Neto, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

MACIEL, David. *Florestan Fernandes e a questão do transformismo na transição democrática brasileira*. In: Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina: Imperialismo, nacionalismo e militarismo no século XXI, Londrina, 2010, p. 102-112.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política – Introdução*. In: Os Pensadores. Vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 107-138.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MIGUEL, Luís Felipe. *Democracia na encruzilhada*. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Orgs.). *Porque gritamos golpe?* São Paulo: Boitempo, 2016.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. *Florestan Fernandes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

PEREZ, Davi M. *Capitalismo dependente, autocracia burguesa e democracia de cooptação: o golpe de 2016 e a atualidade de Florestan Fernandes*. In: *Temporalis*, Brasília, ano 19, n. 37, 2019, p. 28-44

POCOCK, John G. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

RODRIGUES, Fabiana; BRAGA, Lucelma. *Florestan Fernandes e o papel da educação pública na formação social brasileira*. In: IX Congresso Brasileiro de História da Educação. João Pessoa: UFPB, 2017.

SAVIANI, Dermeval. *Florestan Fernandes e a educação*. In: *Estudos Avançados*, 10 (26), 1996, p. 71-87.

TÓTORA, Silvana. *A questão democrática em Florestan Fernandes*. In: *Lua Nova*, n. 48, 1999, p. 109-126.

